

mudar alguns ministros

Democrática. Os líderes do PMDB rejeitam a idéia

POLÍTICA

Samey pretende mesmo

Essa perspectiva provoca polêmica no âmbito da Aliança

GILBERTO ALVES

O presidente em exercício, José Sarney, vai promover uma reforma parcial do ministério, na eventualidade do presidente Tancredo Neves vir a falecer. Essa reforma, porém, considerada inevitável, não virá de imediato. Só será efetivada quando Sarney considerar superado o trauma decorrente da morte de Tancredo.

Sarney, por motivos éticos, não admite conversar abertamente sobre o assunto. O CORREIO, porém, apurou junto a fontes muito ligadas a ele que essa é a sua disposição, no caso de vir a ser efetivado na Presidência da República.

Segundo informações colhidas junto a essas fontes, a base do atual Ministério não será modificada. Sarney chegou a comentar que "o Ministério não é de Tancredo. Ele reflete o pacto da Aliança Democrática", ao admitir, reservadamente, que pretende apenas mudar os ministros e aqueles assessores da estrita confiança de Tancredo, em cujas escolhas não foram seguidos critérios políticos.

Assim, é considerada como certa a saída dos ministros Chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, do ministro da Agricultura, Pedro Simon, do secretário particular Aécio da Cunha Neves, do secretário para Assuntos Extraordinários, Mauro Salles, e do secretário para Assuntos Especiais, Tancredo Augusto.

Há quem esteja pressionando para Sarney aproveitar a oportunidade para tirar o ministro Francisco Dornelles da pasta da Fazenda. O Presidente em exercício, porém, até o momento não demonstrou qualquer inclinação neste sentido. Pelo contrário, essas fontes garantem ter ouvido de Sarney elogios à competência de Dornelles. Sarney também não tem escondido sua satisfação com a atuação dos ministros militares. Todos deverão ser confirmados nos cargos.

A reunião de Pedro Simon ontem com os principais líderes do PMDB foi entendida como uma espécie de busca de "sustentação".

Já na próxima sexta-feira, quando se reúne pela segunda vez no Palácio do Planalto, às 9 horas, o Ministério escolhido por Tancredo, Sarney transmitirá o primeiro sinal de que deseja um governo próprio, abrindo espaço para que os insatisfeitos se retirem da melhor maneira possível. Muitos ministros, por sinal, são candidatos declarados a governadores em seus Estados, e ele não quer prejudicar nenhum deles. Isto deve acontecer na fase reservada da reunião. Na primeira parte, que será pública, Sarney fará uma avaliação dos primeiros 30 dias da Nova República.

Embora tenha desmentido parcialmente o que declarou na edição de ontem de O Estado de S. Paulo, quando previa a necessidade de um novo pacto que teria, como consequência, "uma pequena reforma ministerial", foi o ministro da Educação, Marco Maciel, o primeiro político do PFL a admitir próximas mudanças no primeiro escalão. Como é natural, a idéia sofreu a rejeição de amplos setores do PMDB, a começar pelo seu presidente, Ulysses Guimarães, que negou peremptoriamente a sua existência. No entanto, apesar do constrangimento natural que o tema provoca em face da doença do Presidente, o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, reconheceu ontem, em Recife, que é "inevitável uma alteração ministerial que coloque em posições estratégicas do poder pessoas de confiança de Sarney", com a ressalva de que "é claro que esta iniciativa do Pre-

sidente em exercício se prende muito à evolução clínica de Tancredo Neves".

Magalhães acredita que Sarney possui "competência política para articular um sistema de força de sustentação política", fato comprovado nos últimos 30 dias de interinidade que indicam, na opinião do governador, "a possibilidade de formação de um governo de coalizão que incluisse o PDT e o PDS".

Pressionado pela reação do PMDB, partido aliado no compromisso da Aliança Democrática, o presidente da Frente Liberal Jorge Bornhausen se apressou em retificar as declarações do ministro Marco Maciel:

— Convém afirmar que o que Maciel disse não foi bem reproduzido, garantiu Bornhausen. Alteração ministerial caso haja impedimento de Tancredo Neves não é fato que esteja nas minhas previsões, uma vez que o trabalho de composição do ministério deveu-se a um delicado trabalho de articulação política — insistiu o senador.

José Lourenço, líder da FL na Câmara, seguiu no mesmo tom, afirmando que "o ministério que ai está reflete o quadro político que participou da eleição de Tancredo, e, por extensão, de Sarney. Portanto não deve ser alterado", concluiu.

Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara dos Deputados, relutou asperamente à colocação de Marco Maciel afirmando, logo após encontro com o ministro Fernando Lyra (e com o senador Fernando Henrique Cardoso), que:

— Este assunto não cabe nesta hora. O presidente está enfermo e mesmo considerando uma interinidade mais longa não vejo qualquer razão de ordem administrativa ou política para alteração do ministério.

Pimenta chegou a acusar de "excesso de ética" o ministro da Previdência, Waldir Pires, que propôs a renúncia coletiva do ministério caso se confirmasse o afastamento de Tancredo Neves. Ulysses Guimarães por sua vez, recusou-se a comentar o assunto, afastado a imprensa com uma frase seca: "não comento especulações". Para Fernando Henrique Cardoso a renúncia coletiva proposta por Pires seria "traumática" para a Nação.

"O País já viveu emoções demais nestes 32 dias para se dar a esse luxo", comentou Cardoso. "O importante agora é manter os acordos dentro da Aliança e dar cumprimento ao seu programa". Em sua opinião, "o momento é adequado, isto sim, para administrar as demandas e as reivindicações dos correligionários da Aliança Democrática, consolidando sua unidade política e parlamentar".

Maciel, porém, parece simplesmente ter empreendido um recuo tático ao retificar suas declarações, ontem, ele desvinculou a reforma ministerial de uma alteração no programa da Aliança — "o programa de Sarney é o programa do próprio Tancredo Neves e não vejo por que alterá-lo neste instante".

Essa perspectiva, aliás, foi alimentada ontem pelo senador Nelson Carneiro, do PTB, que afirmou da tribuna do Senado que a Nação não é patrimônio exclusivo da Aliança Democrática. "Preservar a ordem constitucional é mais importante que preservar determinados grupos partidários", alertou Carneiro.

As especulações de que Sarney pretende ampliar sua base de apoio atraindo outros partidos para a Aliança foram reforçadas pela confirmação do encontro que manterá, hoje, às 15:00 horas com o governador do Rio, Leonel Brizola. A reforma ministerial facilitaria essa recomposição de forças.

Presidente vai hoje a São Paulo

O presidente em exercício José Sarney embarcará hoje às 18 horas para São Paulo levando em sua comitiva os intelectuais Jorge Amado, Carlos Castelo Branco e Pompeu de Souza, que há 40 anos participaram do primeiro Encontro Nacional de Escritores. Além dos ministros paulistas e do ministro da Cultura José Aparecido, Sarney instalará, naquela capital, logo após visitar a família Neves no Instituto do Coração, o II Encontro de Escritores.

Além deles deverão acompanhar o Presidente os secretários estaduais de Cultura Fernando Guignone (SC) e Darcy Ribeiro (RJ), representantes do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, e os intelectuais

maranhenses Ferreira Goulart, Lago Burnet e José Louzeiro.

O programa do Presidente é o seguinte:

— As 18 horas embarca na Base Aérea de Brasília, chegando às 19h30min no Aeroporto de Congonhas, de onde seguirá (às 20h) para o Instituto do Coração e permanece em companhia da família do presidente Tancredo Neves. Para instalar o Congresso Nacional de Escritores, ele se dirigirá ao Teatro Sérgio Cardoso, às 21h, onde fará o seu único discurso ou pronunciamento em São Paulo. Logo em seguida se retirará para Congonhas, embarcando às 22h40min para Brasília, onde chegará à meia-noite.

Mais rigor contra escândalos

O presidente em exercício quer mais ação e menos vacilação do Governo nos casos contra a economia popular e crimes no mercado financeiro. Para isso, determinou ao Ministério da Justiça uma série de medidas complementares entre si como a reformulação das leis sobre o mercado financeiro, para que a Justiça Federal puna os culpados por escândalos e

fraudes contra a economia popular — a exemplo do Banco Brasilinvest e do empresário Mário Garnero, réu primário beneficiado pela Lei Fleury.

A Lei Fleury também será reformulada, pois da forma como foi redigida permite que até mesmo nos casos de violência mais absurdos os réus respondam ao processo em liberdade, desde que sejam primários.